



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 72ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.3 - 73ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.4 - 74ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.5 - 75ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.6 - 76ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.7 - 77ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.8 - 78ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.9 - 79ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.10 - 80ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.11 - 41ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.12 - 42ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.13 - 43ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.14 - 44ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.15 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

- 2.1 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÕES DESPACHAS PELO SR. PRESIDENTE

6 - MANIFESTAÇÕES

7 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 11/4/2013

Presidência do Deputado Sávio Souza Cruz

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Almir Paraca - Anselmo José Domingos - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Duarte Bechir - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Marques Abreu - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Sávio Souza Cruz) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 15, às 16 horas, nos termos do edital de convocação.

**ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 1º/10/2012**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.544/2012, modifica o inciso I do art. 41-A da Deliberação da Mesa nº 2.432/2008, que dispõe sobre o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa. A seguir, a Mesa, tendo em vista a quantidade excepcional de atividades e de eventos institucionais realizados pela Assembleia Legislativa durante o mês de setembro de 2011, decide autorizar a aprovação no sistema informatizado de apuração de frequência das horas extras prestadas pelo servidor durante o período em quantidade superior ao limite estabelecido no § 1º do art. 17 da Deliberação da Mesa nº 1.541/98, e no art. 15 da Deliberação da Mesa nº 2.477/2010. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Tecnoset Informática Produtos e Serviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços especializados de impressão departamental centralizada – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Milhas Turismo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de locação de micro-ônibus executivos para transporte rodoviário, com motorista, incluindo seguro total – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 58/2012, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de reparos e manutenção preventiva e corretiva em sistema de ar condicionado – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 60/2012, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação dos Servidores do Legislativo de Minas Gerais – Aslemg -, tendo como objeto a locação de dez vagas de garagem do Edifício Montesquieu, situado na Avenida Olegário Maciel – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Elevadores Atlas Schindler S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento integral de peças e componentes, em onze elevadores de fabricação Atlas – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Central Elevadores Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores e plataformas elevatórias de acessibilidade, com fornecimento de peças e componentes – parecer favorável à retificação de parágrafo e exclusão de item do contrato original, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 8 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de outubro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 8/10/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar o pagamento de diária de viagem a especialistas convidados para oficinas relativas ao Portal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e Lúcio Horta de Oliveira, tendo como objeto a locação de imóvel (galpão) destinado ao armazenamento de mobiliário em geral – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Maxys Brasil Comércio e Serviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de cópia reprográfica – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Ipê Consultoria e Projetos Ltda., tendo como objeto o projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Via Flores Ltda., tendo como objeto o

fornecimento de flores e ornamentação – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 063/2012, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 15 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 15 de outubro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 15/10/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar, a título de antecipação, o repasse ao Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg -, de quantia para a composição da reserva técnica para benefícios a conceder, com base no Parecer Técnico elaborado pela empresa TFG Consultoria e Assessoria Atuarial, e em conformidade com o disposto no § 1º do art. 5º da Lei nº 13.163/99. Isso posto, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.545/2012, regulamenta a utilização do Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e, através da Deliberação nº 2.546/2012, altera a Deliberação da Mesa nº 2.360, de 5 de outubro de 2005, que dispõe sobre o Processo de Apuração do Resultado Setorial na Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto o comodato de um piano, marca Yamaha, modelo G3-E, com banqueta, para uso no Teatro da Comodatária – parecer favorável à celebração, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado José Henrique referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 19 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 19 de outubro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 22/10/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo: ao Deputado Dilzon Melo, processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Embrashow Eventos Artísticos Ltda., tendo como objeto a realização de show musical do cantor Kiko Zambianchi, por ocasião da comemoração do Dia do Servidor – parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, I da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado André Quintão, referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado José Henrique, referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; ao Deputado Alencar da Silveira Júnior, processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Dilzon Melo, referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à abertura de processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, para a contratação de empresa prestadora de serviços de condução de veículos automotores, com a disponibilização de até trinta e cinco profissionais condutores, demais especificações, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico. Após, a Mesa opina favoravelmente à homologação do Processo Licitatório – Pregão Eletrônico nº 072/2012, referente ao Processo no Portal de Compras nº 101101400093/2012, destinado à aquisição de quatro veículos motorizados para transporte de passageiros, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico, autorizando a despesa em favor de Minasmaquinas S.A., (lotes 01 e 02), e Marcopolo S.A. (Lote 03). Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 24 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.



Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 24 de outubro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 29/10/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de setembro/2012, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de setembro de 2012, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 28/9/12, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. A seguir, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.547/2012, altera a Deliberação da Mesa nº 2.473, de 21 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a organização administrativa de que trata o § 2º do art. 1º da Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Luciano Pisos Ltda., tendo como objeto o fornecimento e instalação de piso em madeira e rodapé – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 75/2012, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços contínuos de condutores de veículos automotores – parecer favorável à revisão do preço contratual em razão de aumento salarial de 12% (doze por cento) concedido à categoria, em decorrência de convenção coletiva, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A., tendo como objeto a prestação de serviço de seguro total para veículos automotores, incluída assistência vinte e quatro horas – parecer favorável à ampliação do objeto, com inclusão de um veículo e substituição de outros, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os atos: aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, os seguintes servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia: Hênio Andrade Nogueira, Analista Legislativo, a partir de 3/10/12; Liliane Marly de Araújo, Técnico de Apoio Legislativo, a partir de 1º/10/12; Luiz de Jesus, Técnico de Apoio Legislativo, a partir de 30/8/12; Marcos Cardoso Leão, Analista Legislativo – Dentista, a partir de 10/10/12; Heloísa Maria Tavares Pereira de Resende, Oficial de Execução das Atividades da Secretaria, a partir de 3/9/12; concedendo ao servidor Henrique Mendes Monteiro Ferreira, ocupante do cargo de Analista Legislativo, na especialidade de Analista de Sistemas, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, licença sem vencimento, para tratar de interesses particulares, pelo período de dois anos, a partir de 1º/11/2012, nos termos do art. 161 da Resolução nº 800/67, e à vista do Parecer da Mesa tomada em sua reunião de 10/7/12; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 27/8/12, a servidora Maria Inês Mendes Pinto, ocupante do cargo de Agente de Apoio Legislativo. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 5 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de novembro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 5/11/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Unimed-BH Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência à saúde, através de plano privado, na modalidade de contratação coletiva empresarial – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Multipães Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto o fornecimento de lanches para os participantes de projetos da Escola do Legislativo – parecer favorável à prorrogação por sessenta dias ou até a conclusão de nova contratação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a RPS – Rios Projetos e Sistemas Ltda., tendo como objeto a cessão de uso, supervisão



e manutenção do Sistema Informatizado de Administração Financeira e Controle Interno – SAFCI-, da Assembleia e seus fundos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e José Alberto da Fonseca, tendo como objeto a prestação de serviço como entrevistador, comentarista e debatedor nas gravações do Programa “Minas é Muitas”, da TV Assembleia, e de acompanhamento do processo de produção e edição do programa - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e TV, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado José Henrique, referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: designando Carlos Antônio de Souza para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, com exercício na Gerência-Geral de Suporte Logístico; designando Rita de Cássia Epaminondas de Souza para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, com exercício na Gerência-Geral de Suporte Logístico. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 12 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de novembro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 12/11/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) estabelece critérios para elaboração do Edital do Pregão Eletrônico nº 103/2012, que dispõe sobre a contratação de empresa para prestação de serviços de telefonista e telemarketing; 2ª) estabelece critérios para elaboração do Edital do Pregão Eletrônico nº 109/2012, que dispõe sobre a contratação de empresa prestadora de serviços de condução de veículos automotores. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.548/2012, a Mesa acrescenta o art. 2º-B à Deliberação da Mesa nº 2.462/2009, que regulamenta o pagamento previsto na Resolução nº 5.323/2009. Logo após, através da Deliberação nº 2.549/2012, a Mesa altera dispositivo da Deliberação nº 2.396/2007, que contém o Regimento Interno da Comissão Permanente de Licitação e dispõe sobre a realização de licitações, incluindo a modalidade pregão e o sistema de registro de preços, no âmbito da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a L3A Divisórias e Forros Ltda., tendo como objeto o fornecimento e instalação de forro acartonado – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90/2012, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Alencar da Silveira Júnior, referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à abertura do procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, tendo em vista: 1) implantação do projeto de virtualização do ambiente computacional da ALMG; 2) fornecimento e instalação do sistema de armazenamento para backup em disco, demais especificações, conforme solicitação da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, o servidor Geraldo Eustáquio Alves Teixeira, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, voluntariamente, por idade, a partir de 9/10/2012, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, a serem calculados na forma da Lei nº 10.887/2004, o servidor Ismael Assem Adra, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 19 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 19 de novembro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 19/11/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Eaton Power Solution Ltda., tendo como objeto os serviços de manutenção e de upgrade em no-break – parecer favorável à contratação por



inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 25, I, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Processo Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a L3A Divisórias e Forros Ltda., tendo como objeto o fornecimento de paredes divisórias, armários, balcões, bancadas e acessórios, incluindo os serviços de montagem, instalação e desmontagem – parecer favorável à ampliação do objeto em 25% (vinte e cinco por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa referente a assistência médica, do Deputado Tadeu Martins Leite – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços contínuos de condutores de veículos automotores – parecer favorável à prorrogação do contrato, pelo período de quatro meses ou até que finde o processo licitatório pertinente em andamento, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa referente a assistência médica, do Deputado José Henrique – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Paula Machado Engenharia e Projetos Ltda., tendo como objeto a elaboração de projeto executivo de estrutura em concreto protendido para construção de rampa de acesso ao Palácio da Inconfidência – parecer favorável à contratação por dispensa de licitação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Projeto de Resolução nº 3.557/2012, que altera o inciso I do caput do art. 6º da Resolução nº 5.365/2012, que altera a Resolução nº 5.214/2003, e a Resolução nº 5.347/2011, que dispõem sobre o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, e dá outra providência – parecer pela aprovação, no 1º turno, na forma proposta. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguinte ato: dispensando, a partir de 12/11/2012, Roberto Sorbilli Filho da Função Gratificada de Nível Superior – FGS, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 21 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 21 de novembro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 26/11/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços contínuos de condutores de veículos automotores – parecer favorável à correção de erro material constatado no item 4 do termo de aditamento ADT/131/2012, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação mútua, para integração da Secretaria, visando a operacionalização e manutenção das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – parecer favorável, considerando manifestações do Procon, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa, do Deputado José Henrique, referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguinte ato: aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 26/11/2012, a servidora Lys Ângela Bessa de Vasconcellos, ocupante do cargo de Técnico de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 29 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de novembro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 19/10/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente distribui ao Deputado Dilzon



Melo processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto o estabelecimento de diretrizes de cooperação entre os órgãos convenientes para desenvolvimento de trabalhos institucionais de políticas públicas – parecer favorável à prorrogação, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, a Mesa manifesta-se favoravelmente à concessão do Adicional de Desempenho – ADE, nos termos da Lei nº 17.590, de 20 de junho de 2008, regulamentada pela Deliberação da Mesa nº 2.421/2008, à vista do parecer expresso pelo Conselho de Diretores, que aprovou o parecer emitido pela Gerência-Geral de Administração de Pessoal, e homologou a listagem por ela elaborada contendo o nome dos servidores aptos à obtenção do ADE no ano de 2012. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: Finalmente, o Presidente assina os seguintes atos: concedendo reposicionamento, nos termos do § 3º do art. 41-A da Deliberação da Mesa nº 2.432, a partir de 1º/9/2012, aos seguintes servidores inativos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia: Adão Braga, Afonso Carlos Passos Canêdo, Amélia Teresa Cagnani Libero, Ana Luíza Braga Pimentel, Antônio de Faria Júnior, Antônio Pinto da Silva, Aurea Antunes, Aureli Caires Bonfim, Carlos Álvaro dos Santos Pinto, Carmem Braga Motta, Cassia Maria Melo da Silva, Cecília Maria Cançado Xavier Nascimento, Cecília Sica Cautiero Abi-Acl, Celia de Abreu Lima Valente, Célio Antônio Zeferino da Silva, Conceição da Aparecida Rocha Néri, Cristina de Fátima Alves, Denize Guerra Andrade Carneiro, Dilza Mara Dayrell Rocha, Edith de Andrade Roque, Eduardo Gomes Barbosa, Eliana de Barros Ribeiro de Oliveira, Eliane Vieira Ribeiro, Elisa Maria Gomes Queiroz Machado, Elmira Izaura do Prado Soares, Eustáquio Marques, Fabio Marton Costa Santos, Fádua Hamdan de Matos Bayão, Gabriela Horta Barbosa Mourão, Genaro Assumpção Pinto de Salles, Geraldo Ediberto Fernandes, Geraldo Raymond Álvares da Silva, Getúlio da Cruz Teixeira, Hélio Antônio Alvim dos Santos, Hildécio Pereira de Souza, Homero Moreira Filho, Humberto Coura Cenachi, Itália Fausta Machado de Grisólia, Jesuína Oliveira Pereira, Joana Almey de Paula Moreira Ribeiro, João Augusto Gajo, José Agostinho Lopes, José Dutra de Freitas, José Francisco de Oliveira, José Loredo Rocha, José Mário Soares Teixeira, José Silvério Vasconcellos Moreira, José Teodoro de Souza, Júlia Cristina Novais Murta Fernandes, Júlio César Couto Moreira, Juscelino Luiz Ribeiro, Lourdes Maria de Castro Teixeira, Ludmila de Almeida Oliveira Lima Freire, Ludney de Oliveira Garcia, Magda Maria Magalhães, Márcio Metzker da Silva, Marco Antônio Santos Leite, Margareth Batista dos Santos, Margareth Pires Magalhães, Maria Albina Duarte Quintão, Maria Amélia Côrtes Facury, Maria Ângela de Oliveira Araújo, Maria Assunção Oliveira, Maria Beatriz Gontijo dos Santos, Maria Beatriz Ribeiro de Navarro, Maria Cristina de Assis Fonseca, Maria da Consolação Lima, Maria das Dores Abreu Amorim, Maria das Graças Alves, Maria das Graças Ceolin, Maria de Fátima Alves Abreu e Silva, Maria de Fátima Silva Davite de Andrade, Maria Helena Reis de Paula, Maria Inês Neves, Maria Lúcia Mendes Pinto, Maria Martins Ramos, Maria Tereza Biagioni Dias de Oliveira, Mário Ferreira da Cruz Machado, Maris Stella Coelho, Marisa Pimentel Salgado, Marlene Pereira Dutra, Marluce Guelber Moratori Nunes Coelho, Maurício Aduino Magalhães, Milton Antônio da Silva, Mônica Falabella Donada de Abreu Chagas, Natália de Miranda Freire, Natércia Silva Villefort Costa, Neusa Maria Pampolini, Nilza Dias de Oliveira, Odilon Vargas Toledo, Ordália da Conceição Pires de Araújo, Orestes Braz Petrillo, Paulo Ricardo da Silva, Pedro Soares Neto, Ricardo Patrus Ananias de Sousa, Rosângela Maria Verdolin, Rosângela Santos de Souza, Selma Diniz Maldonado Niffenegger, Shirley Maria da Consolação Peixoto Guedes, Sílvia Barata de Paula Pinto, Solange Nagem Sabbagh, Sônia Maria da Silva, Sônia Maria Gonçalves Pinto, Tânia Mercedes Fiorini, Tércia Noce, Teresa Christina Afonso de Oliveira, Vera Lúcia Melo Fortuna e William Heder Massieiro. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 22 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 22 de outubro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 24/10/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Floripa Tecnologia Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto a aquisição e instalação de dois sistemas de edição não linear e finalização de alta performance – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 78/2012, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Banco do Brasil S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de disponibilização de informações relativas a contracheques em terminais de auto-atendimento e internet, para usuários correntistas do Banco, servidores públicos e ocupantes de cargos em comissão de recrutamento amplo da Casa – parecer favorável à prorrogação, considerando manifestações da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, a Mesa opina favoravelmente à concessão de disposição do servidor Júlio César dos Santos Esteves, para o Poder Executivo, a fim de exercer o cargo de Secretário de Estado



Adjunto, junto à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, no período de 29 de outubro de 2012 a 31 de dezembro de 2013, com direito aos vencimentos e vantagens de seu cargo na Secretaria desta Assembleia, nos termos da Deliberação da Mesa nº 363/89. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 29 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de outubro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 21/11/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Presidente distribui ao Deputado Dilzon Melo o Projeto de Resolução nº 3.557/2012, que altera o inciso I do caput do art. 6º da Resolução nº 5.365/2012, que altera a Resolução nº 5.214/2003, e a Resolução nº 5.347/2011, que dispõem sobre o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, e dá outra providência – o relator emite parecer pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido em 1º turno. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 26 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 26 de novembro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 29/11/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de outubro de 2012, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de outubro de 2012, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 31/10/2012, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente distribui ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Vivo S.A., tendo como objeto a prestação de serviço móvel celular e serviços adicionais – parecer favorável à prorrogação do contrato, por cento e oitenta dias ou até o término do processo licitatório em andamento, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: nomeando, em virtude de classificação em concurso público, os aprovados para os seguintes cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia: Procurador; Analista Legislativo, nas especialidades de Analista de Projetos Educacionais, Analista de Recursos Humanos, Bibliotecário, Consultor em Direito, Consultor Legislativo, Consultor do Processo Legislativo, Engenheiro Civil, Jornalista, Médico Cardiologista, Médico do Trabalho, Programador Visual e Redator-Revisor; Técnico de Apoio Legislativo, nas especialidades de Policial Legislativo Masculino e Policial Legislativo Feminino. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 3 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 3 de dezembro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/4/2013

Às 9h7min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Desembargador Jarbas de Carvalho Ladeira Filho, Coordenador do Programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, agradecendo a presença do Presidente da Comissão na sede do Programa, encaminhando cópia do expediente enviado à Secretaria de Estado de Defesa Social para colaboração na identificação de presidiários e renovando o convite aos membros da

Comissão para que visitem as Apacs; e Vereadores Junior Leonir Guimarães Freitas e José Geraldo Soares de Aguiar, ambos da Câmara Municipal de Jaíba, encaminhando abaixo-assinado dos moradores do Projeto Jaíba, os quais solicitam providências para o aumento do efetivo policial na região, devido ao elevado crescimento do índice de criminalidade. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.026/2011, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 a 3, salvo as Propostas de Emenda nºs 1 e 2, apresentadas pelo Deputado Lafayette de Andrada. Submetidas a votação, são aprovadas as Propostas de Emenda nºs 1 e 2. É registrado voto contrário do Deputado Sargento Rodrigues. É designado o Deputado Lafayette de Andrada como novo relator para dar forma ao decidido pela comissão. Fica aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Leonardo Moreira, que conclui pela rejeição do Projeto de Lei nº 752/2011, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Lafayette de Andrada. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Celinho do Sintrocel em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para discutir a implementação da unidade do Corpo de Bombeiros no município de Timóteo; Sargento Rodrigues (9) em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados no 23º Cia. PM Independente, que participaram da operação que culminou na prisão de um homem que cometia exercício ilegal da profissão de médico, além de falsidade ideológica, no Município de Carbonita; seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados no 2º Cia Rotam e na Cia. Independente de Polícia de Cães que participaram da operação que culminou na prisão de dois homens e na apreensão de 616 pinos de cocaína, meio quilo de "crack", 43 buchas de maconha, duas balanças de precisão e material para embalar drogas, além de armas e dinheiro, no bairro Fazendinha, região leste de Belo Horizonte; seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que se empenhe na investigação e na conclusão do inquérito policial originado dos fatos descritos no Boletim de Ocorrência nº M0712-2013-0000095, que narra a prisão de José Maurício de Figueiredo pela possível prática dos crimes de exercício ilegal da medicina e falsidade ideológica; seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para discutir a segurança nos prédios dos Fóruns das várias comarcas do Estado, ressaltando-se a segurança dos magistrados, Promotores, Defensores Públicos, serventuários, advogados e jurisdicionados; seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais pedido de providências para acompanhar a investigação e a conclusão do inquérito policial originado dos fatos descritos no Boletim de Ocorrência nº M0712-2013-0000095, que narra a prisão de José Maurício de Figueiredo pela possível prática dos crimes de exercício ilegal da medicina e falsidade ideológica, ocorridos no Município de Carbonita, tendo em vista a gravidade dos fatos; seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pedido de providências para apurar possíveis condutas de improbidade administrativa praticadas pelo prefeito de Carbonita, Marcos José Geraldo Lemos; seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados no 22º BPM e no Batalhão de Eventos - BPE - que participaram da operação que culminou na identificação e prisão do suspeito de ter promovido o tiroteio que resultou na morte de um homem e deixou 15 pessoas feridas durante um baile funk, no Aglomerado da Serra; seja formulada manifestação de aplauso à Sargento PM Júnia Dias Murta, atualmente aposentada, pela participação em operação que consagrou na primeira prisão em flagrante realizada por policial feminina em Minas Gerais, há 30 anos; seja formulada manifestação de aplauso aos policiais civis lotados na 6ª Delegacia da Polícia Civil que participaram da operação que culminou na identificação de uma refinaria de drogas, que abastecia diversas regiões da cidade de Juiz de Fora. São recebidos pela Presidência os requerimentos dos Deputados Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para discutir a ocorrência policial em que esteve envolvido o Cb. PM Divino do Nascimento, do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar, em 17/3/2013, na estação José Cândido da Silveira; e Bosco, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública em Araxá, para discutir o aumento dos índices de violência no Município, em razão da atual sensação de insegurança da população, devido à ocorrência de diversos crimes contra a vida e a liberdade, incluindo a recente morte de um comerciante e de uma criança. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2013.

João Leite, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Sargento Rodrigues - Cabo Júlio - Leonardo Moreira.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DA COPA DO MUNDO, EM 2/4/2013

Às 10h36min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Mário Henrique Caixa, Fábio Cherem, Tadeu Martins Leite e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tadeu Martins Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Tenente Lúcio, Tadeu Martins Leite, Fábio Cherem e João Leite em que solicitam sejam realizadas visitas desta Comissão às infraestruturas esportivas, receptivas e de transporte, bem como às autoridades locais das cidades candidatas a subdesdes da Copa do Mundo FIFA 2014, com vistas a conhecer e promover as atividades de preparação para o referido evento; e do Deputado Fábio Cherem em que solicita seja encaminhado à Infraero pedido de informações sobre as obras de reforma e ampliação do Aeroporto de Confins e o cronograma das referidas obras, a fim de instruir esta Comissão com informações mais atualizadas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 11 de abril de 2013.

Tenente Lúcio, Presidente – Mário Henrique Caixa – Gustavo Perrella – Tadeu Martins Leite.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/4/2013

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Duarte Bechir, Bosco, Elismar Prado e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bosco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Deputado Marques Abreu, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, convidando os membros da Comissão para audiência pública em 30/4/2013, às 14h30min, nesta Casa, com a finalidade de debater o art. 4º da Resolução nº 2.253/2013, da Secretaria de Educação. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.768/2011 (Deputada Maria Tereza Lara) e 3.690/2013 (Deputado Deiró Marra), em turno único; e 3.871/2013, no 1º turno (Deputado Bosco). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.277/2011, no 1º turno, é convertido em diligência à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo-se a requerimento do relator, Deputado Bosco, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.793 e 3.312/2012, 3.686, 3.689 e 3.691/2013, que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.429/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe, para posterior apreciação, requerimento da Deputada Maria Tereza Lara em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para a instalação de telefonia fixa e móvel, bem como de internet, na Escola Estadual Santa Tereza, no Distrito de Caio Martins, em Esmeraldas. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara (2) em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater a situação do ensino de jovens e adultos em Betim; e seja realizada audiência pública em Divinópolis para debater o combate ao “bullying” nas escolas desse Município e região; dos Deputados Bosco (9) em que solicita seja realizada audiência pública em Varginha, Araxá, Belo Horizonte, Contagem, Curvelo, Divinópolis, Leopoldina, Nepomuceno e Timóteo para debater e apoiar o projeto de transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais em universidade tecnológica; Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicita seja realizada audiência pública em Campanha para debater eventuais irregularidades na administração da Faculdade Paiva de Vilhena e a importância dessa instituição para esse Município e região; e seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.871/2013, que dispõe sobre o ingresso no primeiro ano letivo do ensino fundamental na rede pública estadual de ensino; Rogério Correia (3) em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.871/2013; seja realizada audiência pública para debater a regulamentação de um terço da hora-atividade na rede estadual de ensino; e seja realizada audiência pública para debater a gestão democrática do ensino público e suas implicações para a melhoria da qualidade da educação; e Fred Costa em que solicita seja realizada audiência pública para debater os trotes praticados por alunos veteranos em universidades no Estado; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados André Quintão e Duarte Bechir em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater o transporte intermunicipal para universitários; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Duarte Bechir, Elismar Prado e Bosco em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a violência nas escolas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2013.

Duarte Bechir, Presidente – Maria Tereza Lara – Luiz Henrique.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/4/2013

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi e Pompilio Canavez, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também a Deputada Liza Prado e os Deputados Dinis Pinheiro, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Carlos Arantes, Tiago Ulisses e Luiz Humberto Carneiro. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, Inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita à Sra. Deputada e aos Srs. Deputados que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a sistematizar as ações realizadas e intercambiar informações com o objetivo de replicar as práticas mais efetivas para a coleta de assinaturas para apresentação ao Congresso Nacional de projeto de lei de iniciativa popular propondo o investimento de 10% da receita corrente bruta da União na saúde pública. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Keliane Cunha Teixeira, Secretária Executiva do Cosems, representando o Sr. Mauro Guimarães Junqueira, Presidente do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde; Méltia Mendonça, Diretora da Revista Cristã, representando o Sr. Geraldo Mendonça, Diretor da Revista Cristã; Ângela de Assis Maia Moura, Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Juliana Colen, Consultora de Saúde da Associação Mineira de Município – AMM -, representando o Sr. Ângelo José Roncalli de Freitas e Gustavo Persichini, respectivamente Presidente e Superintendente-Geral da AMM; Gilberto José Rezende, Subsecretário de Gestão Regional,



representando o Sr. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; Eduardo Cirino Generoso, Assessor de Gabinete da Defensoria Pública-Geral do Estado, representando a Sra. Andréa Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado; Lincoln Lopes Ferreira, Presidente da Associação Médica de Minas Gerais; Saulo Converso Lara, Presidente da Federassantas; Marcelo Gouvêa Teixeira, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte; André Luiz de Oliveira, representante da CNBB no Conselho Nacional de Saúde; Sérgio Araújo, Assessor da Presidência, representando o Sr. Olavo Machado Júnior, Presidente da Fiemg; Francisco de Assis Figueiredo, Vice-Presidente da Federassantas; Wanderson Moreira, Pastor, representando o Sr. Jorge Linhares, Pastor e Presidente do Conselho de Pastores e Ministros do Estado de Minas Gerais; Rodrigo Maia de Castro, Superintendente de Saúde do Sesc Minas, representando o Sr. Lázaro Luiz Gonzaga, Presidente da Fecomércio; Belchior Gonçalves Silva, Gerente de Relacionamento, representando o Sr. José César da Costa de Minas, Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas Gerais; José Afonso Soares, Diretor-Tesoureiro do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais – CRM-MG, representando o Sr. João Batista Gomes Soares, Presidente do CRM-MG; Wander Luís Silva, Presidente da Federaminas; Aloísio Andrade, Diretor da ACMinas e Presidente do Conselho Anti-Drogas, representando o Sr. Roberto Luciano Fortes Fagundes, Presidente da ACMinas; Saulo Levindo Coelho, Provedor do Grupo Santa Casa - Belo Horizonte; Raul Gonçalves de Melo, Grande Secretário da Articulação Maçônica e Ouvidoria da GOB-MG, representando o Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil-Minas Gerais; Wanderley de Miranda, Presidente da Câmara Legislativa Maçônica, representando o Sr. Leonel Ricardo de Andrade, Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; Pablito, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, faz suas considerações iniciais e a seguir concede a palavra ao Deputado Carlos Mosconi e demais parlamentares presentes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. O Presidente registra a presença da Sra. Sílvia Renata Teixeira, Prefeita de Paraisópolis, e dos Srs. Juarez José de Carvalho, Vice-Prefeito de Paraisópolis; Ademar Guimarães, Presidente da Câmara Municipal de Paraisópolis; João Paulo Reis, Vice-Prefeito de Lambari; Jadson Heleno, Vereador da Câmara Municipal de Ipatinga. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A seguir, a Presidência recebe oficialmente 600 assinaturas das mãos da Sra. Kelliane Cunha Teixeira, Secretaria Executiva do Cosems; 6.000 assinaturas das mãos do Vereador Jadson Heleno de Ipatinga; 1.929 assinaturas das mãos do Sr. Eduardo Cirino Generoso, Assessor de gabinete da Defensoria Pública-Geral do Estado de Minas Gerais; 500 assinaturas das mãos do Sr. Belchior Gonçalves Silva, Gerente de Relacionamento da FCDL-MG. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2013.

Carlos Pimenta, Presidente – Sargento Rodrigues.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/4/2013

Às 14h7min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” de 6/4/2013: ofícios da Sra. Marta Sibéria Salomão Martins, Gerente de Gestão Administrativa de Contratos e Convênios da Infraero, e dos Srs. José Eden de Medeiros, Coordenador da Coordenadoria de Controle de Convênios e Empréstimos da Embrapa; Rômulo Martins de Freitas, Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal; Roberto Marinho Alves da Silva, Secretário Adjunto de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego; Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional da Caixa Econômica Federal; Gabriel Ferreira Bartholo, Gerente-Geral da Embrapa Café; Antonio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social; e Rufino Correia Santos Filho, Diretor do Departamento de Administração Interna da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; e do FNDE. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei n°s 1.691/2011 (Lafayette de Andrada); 2.402/2011 (Jayro Lessa); 2.862/2012 (Romel Anízio); e 3.084/2012 (João Vítor Xavier), no 2º turno; e 795/2011 (Romel Anízio); 1.026/2011 e 3.878/2013 (Lafayette de Andrada); 1.920/2011 e 3.193/2012 (João Vítor Xavier), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei n° 3.625/2012 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado João Vítor Xavier, aprovado pela Comissão. Na fase de discussão, em turno único, do parecer do relator, Deputado Romel Anízio, que conclui pela ratificação, por meio de projeto de resolução, do regime especial de tributação encaminhado pela Mensagem n° 355/2013, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Ulysses Gomes. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, em turno único, os pareceres pela ratificação dos regimes especiais de tributação encaminhados pelas Mensagens n°s 353/2013 (relator: Deputado Lafayette de Andrada) e 354/2013 (relator: Deputado Lafayette, em virtude de redistribuição), os quais concluem pela apresentação de projeto de resolução; e são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar n° 34/2013 na forma do Substitutivo n° 3, e pela rejeição da Emenda n° 1 apresentada em Plenário (relator: Deputado Lafayette de Andrada); e pela rejeição do Projeto de Lei n° 3.270/2012 (relator: Deputado: Deputado Romel Anízio). O parecer sobre o Projeto de Lei n° 3.878/2013, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Lafayette de Andrada. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Resolução n°s 3.856 a 3.865/2013, que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da



Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Vítor Xavier em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a parceria público-privada celebrada entre o governo de Minas Gerais e a empresa Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A., para reforma e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão; e em que solicita seja encaminhado à Secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o convênio firmado entre as escolas estaduais e a Fundação Unibanco, com cópias do referido convênio e de todas as comunicações encaminhadas pela Fundação à Secretaria; João Vítor Xavier e Mário Henrique Caixa em que solicitam seja encaminhado ao Secretário Extraordinário da Copa do Mundo pedido de cópia de todos os contratos e aditivos celebrados com a empresa Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A.; e Ulysses Gomes em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado da Fazenda pedido de informações sobre o custo total e unitário gasto pelo Estado para a emissão da renovação anual de licenciamento de veículos, no exercício de 2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2013.

Jayro Lessa, Presidente – Lafayette de Andrada – Ulysses Gomes – João Leite.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/4/2013

Às 14h10min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o assassinato do Sr. Rodrigo Neto de Faria, jornalista da Rádio Vanguarda de Ipatinga. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Eneida Ferreira da Costa, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais; e os Srs. Alexander Esteves Palmeira, Delegado Adjunto do 12º Departamento de Polícia Civil de Minas Gerais; William dos Santos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG; Wagner Pinto de Souza, Delegado de Polícia, representando o Sr. Cylton Brandão da Matta, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, que são convidados a tomarem assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença dos Deputados Rômulo Viegas e Duarte Bechir. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A requerimento do Deputado Duarte Bechir, é adiada a votação dos requerimentos do Deputado Fred Costa em que solicita seja realizada visita desta Comissão e das Comissões de Saúde e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte à Unimed para debater a questão do atendimento de urgência e emergência infantil nos serviços de pronto-atendimento dos hospitais conveniados a essa empresa; e do Deputado Pompílio Canavez em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas e ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de providências para a realização urgente de obras de duplicação da ponte sobre o Rio das Velhas, na rodovia MG-10, divisa dos Municípios de Lagoa Santa e Jaboticatubas. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Pompílio Canavez (2) em que solicita seja encaminhado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio - pedido de providências para a destinação de recursos do projeto Parques da Copa ao Parque Nacional da Serra do Cipó; sejam encaminhadas ao Presidente desta Assembleia Legislativa, aos Presidentes das Comissões das Águas e de Meio Ambiente desta Assembleia, ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado de Meio Ambiente cópia da moção de repúdio e do abaixo-assinado de moradores da região da Bacia do Rio Cipó contra a ameaça de desqualificação dessa região como área de preservação permanente, no âmbito do Projeto de Lei nº 142/2011; Durval Ângelo (12) em que solicita sejam encaminhadas aos Deputados Federais e Senadores da República por Minas Gerais as notas taquigráficas da 2ª Reunião Especial desta Comissão, com pedido de providências para que os parlamentares se manifestem contrariamente à aprovação da proposta mencionada na reunião; sejam encaminhadas à Presidente da República e ao Ministro da Justiça as notas taquigráficas da 2ª Reunião Especial desta Comissão, com pedido de providências para que manifestem posicionamento com relação à mencionada proposta; seja encaminhada aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal manifestação de repúdio à Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 37/2011, com vistas à defesa dos preceitos contidos na Constituição da República, em particular no que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais e à missão institucional estabelecida para o Ministério Público; sejam encaminhados à Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, à Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e ao Ministro da Educação, para tomada de providências, documentos e notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária desta Comissão; sejam encaminhados ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais e à Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão em Minas Gerais documentos e notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária desta Comissão, com pedido de providências para apurar as denúncias mencionadas nas notas e verificar eventual responsabilidade da Universidade nos fatos; sejam encaminhados ao Superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais documentos e notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária desta Comissão, com pedido de providências para apurar as denúncias contidas nessas notas; sejam encaminhados ao Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais documentos e notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária desta Comissão, com pedido de providências com vistas à instauração de inquérito policial para apuração das denúncias, especialmente diante de possível prática, indução ou incitação à discriminação ou ao preconceito de raça, cor, etnia ou religião; sejam encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça do Estado e à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário do Ministério Público de Minas Gerais, documentos e notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária desta Comissão, com pedido de providências para apurar as denúncias mencionadas nas notas e verificar eventual responsabilidade dos envolvidos; sejam encaminhadas às autoridades e representantes de órgãos e entidades presentes nesta reunião as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária desta Comissão; sejam encaminhadas

ao Reitor, ao Presidente da Comissão de Ética e ao Presidente da Comissão de Sindicância da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG - as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária desta Comissão de Direitos Humanos, com pedido de providências para apurar as denúncias de suposta prática, indução ou incitação à discriminação ou ao preconceito de raça, cor, etnia ou religião, com a devida punição dos alunos envolvidos; sejam encaminhadas ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado de Defesa Social as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária desta Comissão, com pedido de providências para se avaliar a possibilidade da criação de uma Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância em Minas Gerais; seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública para debater a criação da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância no âmbito da Polícia Civil de Minas Gerais; dos Deputados Durval Ângelo e Rogério Correia (2) em que solicitam seja encaminhado ao Reitor da Escola Superior Dom Helder Câmara o trecho das notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária desta Comissão que contém a fala de Maria Alice dos Santos Silva, em que relata agressões sofridas por seu filho João Paulo dos Santos Filho, praticadas por três alunos policiais, ocorridas no banheiro da escola mencionada, com pedido de providências para a apuração dos fatos e o posterior encaminhamento a esta Comissão das conclusões obtidas; sejam encaminhados ao Ouvidor de Polícia, ao Corregedor-Geral da Polícia Militar e ao Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Humanos - CAO-DH - do Ministério Público de Minas Gerais documentos e trecho das notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária desta Comissão que contém a fala de Maria Alice dos Santos Silva, com pedido de providências para apuração das denúncias contidas nas notas; do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos para discutir a situação do Sr. Wagno Lúcio da Silva, condenado injustamente a 23 anos de prisão; do Deputado Paulo Lamac em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão para debater a situação da comunidade cigana no Estado de Minas Gerais; e da Deputada Liza Prado em que solicita seja encaminhado à Ouvidoria da Unimed em Minas Gerais pedido de providências com vistas à falta de atendimento à criança Bruna Couri Drummond Delgado Meireles e à falta de resposta à carta entregue a essa instituição em março de 2013, na qual sua mãe relata o acontecimento e apresenta reclamações. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2013.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/4/2013

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivair Nogueira, Leonardo Moreira, Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado Gustavo Corrêa, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios da Sra. Sandra Margareth Silvestrini de Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais (6/4/2013); e dos Srs. Flávio Umberto Moura Schmidt, Juiz da Comarca de Muzambinho (6/4/2013); e Geovanne Honório, Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares (6/4/2013). A Presidência suspende os trabalhos da Comissão para acordo entre as Lideranças. Reabertos os trabalhos, passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.393/2012, em 1º turno, é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes aprovado pela Comissão. Na sequência, o Presidente determina a distribuição de avulsos, solicitada pelo relator, Deputado Leonardo Moreira, do parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.843/2013, no 1º Turno, que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 a 8. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Nesse momento, o Presidente transfere a direção dos trabalhos para o Deputado Rogério Correia para que se possa apreciar matéria de sua autoria. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.441/2013. O Deputado Ivair Nogueira retoma a direção dos trabalhos. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater os dados da Cemig sobre investimentos realizados nos últimos anos, os quais servirão de base para o cálculo do percentual de reajuste das tarifas. Registra-se o voto contrário do Deputado Leonardo Moreira. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações sobre a desproporcionalidade entre os vencimentos básicos dos servidores da carreira de Gestor Governamental de mesmo grau ou nível que têm carga horária de 30 horas semanais e os dos servidores que têm carga horária de 40 horas semanais; e Sargento Rodrigues e Rogério Correia em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.843/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, quinta-feira, dia 11/4/2013, às 9h30min, com a finalidade de debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 3.843/2013 e de apreciar o parecer, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.843/2013, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2013.

Gustavo Corrêa, Presidente - Leonardo Moreira - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Ivair Nogueira.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/4/2013

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jayro Lessa, Lafayette de Andrada, Ulysses Gomes, João Leite (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer pela ratificação do regime especial de tributação encaminhado pela Mensagem nº 355/2013, o qual conclui pela apresentação de projeto de resolução (relator: Deputado Romel Anízio); e são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.193/202 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado João Leite, em virtude de redistribuição); e 3.625/2012 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (relator: Deputado Ulysses Gomes). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.878/2013, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Ulysses Gomes. Suspende-se a reunião. Às 15h50min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Lafayette de Andrada, João Leite (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR), Anselmo José Domingos (substituindo o Deputado Romel Anízio, por indicação da Liderança do BAM) e Rômulo Viegas (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do BTR). O Projeto de Lei Complementar nº 33/2012 e o Projeto de Lei nº 3.252/2012 são retirados da pauta por determinação do Presidente por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Presidente informa que os Projetos de Resolução nºs 3.856 a 3.865/2013 foram apreciados em reunião anterior. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.887 a 3.892/2013, que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Presidente recebe o requerimento do Deputado Deputado Ulysses Gomes em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Fazenda pedido de providências para que envie a esta Casa a relação referente ao último trimestre de 2012 e ao primeiro trimestre de 2013 das medidas adotadas e dos contribuintes beneficiados com regime especial de tributação, conforme dispõe o § 6º do art. 225 da Lei nº 6.763, de 1975. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2013.

Jayro Lessa, Presidente - Lafayette de Andrada - Cabo Júlio - Rômulo Viegas - Leonardo Moreira.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/4/2013

Às 16h12min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Duarte Bechir, Luiz Henrique (substituindo o Deputado Deiró Marra, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado) e Ulysses Gomes (substituindo o Deputado Elismar Prado, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondências recebidas via "e-mail", através do "Fale com a Assembleia", e encaminha à Consultoria para análise e providências: da Sra. Kelly (2) e do Srs. Judismeiry, que tecem considerações sobre a Lei nº 20.592, de 2012, que altera carga horária e organização no quadro de pessoal das escolas estaduais; Diógenes, que manifesta descontentamento sobre a qualidade das aulas de Educação Física nas escolas estaduais; e Marcos, que reclama da estrutura física das escolas estaduais no Sul do Estado. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.694/2013, no 1º turno, e avoca a si a relatoria da matéria. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.465, 4.509 a 4.515/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Nesse momento, são recebidos os requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara em que solicita seja realizada reunião com convidados para ouvir o Prof. Caio Mário Bueno Silva, Reitor do Instituto Federal de Minas Gerais, sobre o Pronatec e o seu desenvolvimento no Estado; dos Deputados Elismar Prado em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater os desdobramentos das 30 propostas prioritárias aprovadas no documento final do "Fórum Técnico Segurança nas Escolas - Por uma Cultura de Paz", de 2011; Neilando Pimenta e Bosco, em que solicitam seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para incluir o cargo de "Secretário Municipal de Educação Adjunto" no texto do inciso I do art. 3º da Resolução Conjunta nº 1, de 3/2/2012, das Secretarias de Estado de Governo, de Casa Civil e de Relações Institucionais, de Planejamento e Gestão e de Educação, que delimita as hipóteses em que poderão ocorrer a adjunção e a disposição de servidores do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação para ocuparem cargos de gestão da educação junto às prefeituras municipais. A seguir, são submetidos a votação, cada um por sua vez, os requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara em que solicita seja encaminhado à Secretária de Estado de Educação pedido de providências solicitando a instalação de telefonia fixa e



móvel, bem como de internet, nas dependências da Escola Estadual Santa Tereza, localizada no Distrito de Caio Martins, no Município de Esmeraldas, atendendo a solicitação da comunidade escolar; dos Deputados Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião com convidados para debater as ações e os desafios do "Programa de Intervenção Pedagógica/Alfabetização no Tempo Certo Municipal", executado pela Secretaria de Estado de Educação em parceria com os Municípios mineiros; Ulysses Gomes, Rogério Correia e Tadeu Martins Leite em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude para debater o art. 4º da Resolução nº 2.253, de 2013, da Secretaria de Estado de Educação, o qual determina que os componentes curriculares de Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental sejam ministrados pelo próprio regente da turma, exceto quando na escola já houver professor efetivo ou efetivado pela Lei Complementar nº 100, de 2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2013.

Duarte Bechir, Presidente – Fred Costa – João Leite.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 16/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 158/2011, do Deputado Elismar Prado; 752/2011, do Deputado Wander Borges; 3.378/2012, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.530, 4.531, 4.532 e 4.533/2013, do Deputado Cabo Júlio; 4.544/2013, da Deputada Liza Prado.

Debate, com a presença de convidados, sobre a segurança dos magistrados, Promotores, Defensores Públicos, serventuários, advogados e jurisdicionados nos prédios dos fóruns das várias comarcas do Estado, bem como sobre a formação de colegiado de Juízes para processo e julgamento, em primeiro grau de jurisdição, de crimes praticados por organizações criminosas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 16 horas do dia 15 de abril de 2013, destinada à entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil no período de 2003 a 2010.

Palácio da Inconfidência, 12 de abril de 2013.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/4/2013, às 14 horas, na Câmara Municipal de Montes Claros, para debater, com a presença de convidados, a situação da polícia judiciária na região, bem como a necessidade de construção de um batalhão do Corpo de Bombeiros Militar nesse Município, e para discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2013.

João Leite, Presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.999/2012****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do Deputado Fabiano Tolentino, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Mãe do Perpétuo Socorro, com sede no Município de Divinópolis.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.999/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação Mãe do Perpétuo Socorro, com sede no Município de Divinópolis, associação civil, sem fins lucrativos, que desenvolve importante trabalho social com crianças carentes.

Com efeito, a instituição recebe e acolhe crianças até oito anos de idade, oferecendo-lhes suporte material, afetivo e intelectual.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Associação Mãe do Perpétuo Socorro no Município de Divinópolis, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.999/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2013.

Neilando Pimenta, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.806/2013**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do Deputado Rogério Correia, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Assentados Familiar do Assentamento 1º do Sul – Asfapsul –, com sede no Município de Campo do Meio.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.806/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Assentados Familiar do Assentamento 1º do Sul – Asfapsul –, com sede no Município de Campo do Meio, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que desenvolve importante trabalho social na zona rural de Campo do Meio.

Com efeito, a instituição promove ações de geração de renda; realiza atividades de cunho socializante e de qualificação profissional, além de atividades esportivas, de lazer e de cultura; reivindica, perante a Prefeitura, políticas públicas de educação, saúde, infraestrutura e saneamento básico; protege a família, a infância e os idosos; fomenta a conscientização da comunidade no que toca à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural; atua na regularização fundiária e na melhoria das condições de habitabilidade dos moradores da região; implementa ações visando à permanência do homem no campo e à valorização da agricultura familiar; facilita a comercialização dos produtos dos agricultores.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela referida Associação, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.806/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2013.

Neilando Pimenta, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.828/2013**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do Deputado João Vitor Xavier, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro Infantil Nossa Senhora Menina, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.828/2013 pretende declarar de utilidade pública o Centro Infantil Nossa Senhora Menina, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a prestação de assistência social a crianças até seis anos e a adolescentes de 7 a 14 anos.

Com esse propósito, a entidade zela pela proteção à criança e ao adolescente, por meio de orientação sociofamiliar, apoio educativo e práticas de atenção integral, assistência à saúde, habitação e alimentação; promove atividades lúdicas, esportivas e recreativas.

Tendo em vista o relevante trabalho social promovido pelo Centro Infantil Nossa Senhora Menina para o exercício da plena cidadania dos menos favorecidos, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.828/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2013.

Neilando Pimenta, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 33/2012

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Sargento Rodrigues, o Projeto de Lei Complementar nº 33/2012 “acrescenta artigo à Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969”.

A proposição foi distribuída à Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Em atendimento a requerimento aprovado pelo Plenário em 3/4/2013, foi a proposição distribuída também a esta Comissão.

Examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, a proposição recebeu, da Comissão de Administração Pública, parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Cumprida, agora, a esta Comissão emitir parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XV, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em epígrafe tem por objetivo determinar que o Comando das Corporações Militares de Segurança Pública do Estado disciplinem administrativamente as cargas de trabalho mínima e máxima de seus integrantes.

Há que se considerar que as corporações militares, bombeiros e polícia, possuem uma singularidade em suas atividades, quando comparadas aos demais servidores públicos.

Ao contrário dos demais servidores públicos, a norma estatutária prevê que trabalhem em regime de dedicação exclusiva, estando “a qualquer hora do dia ou da noite, na sede da Unidade ou onde o serviço o exigir, (...) pronto para cumprir a missão que lhe for confiada pelos seus superiores hierárquicos ou impostos pelas leis e regulamentos”.

De fato as atividades dos policiais e bombeiros militares são de caráter essencial e possuem natureza específica e bem diversa dos demais servidores. A começar que enfrentam na sua jornada perigos iminentes que acabam por colocar em risco a sua própria vida para garantir a paz social.

O próprio fato de serem de carreira militar também já demonstra especificidades naturais do regime da caserna, quais sejam a hierarquia e a disciplina como espinha dorsal de sua conduta.

Na busca da garantia da paz social é necessário que estejam sempre de prontidão atentos ao chamamento das urgências e necessidades do momento quando convocados por seus superiores.

Não obstante é de suma importância que as instituições militares disciplinem a jornada mínima e máxima dos seus membros nas condições de normalidade de trabalho para evitar desvios inconvenientes ou até mesmo o excesso de carga de trabalho a ponto de prejudicarem até mesmo a saúde do servidor. Obviamente, ressalvadas as necessidades de urgência e emergência inerentes às atividades da segurança pública.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 33/2012 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2013.

Lafayette de Andrada, Presidente e relator - Cabo Júlio - Sargento Rodrigues.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 33/2012

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei complementar em epígrafe “acrescenta artigo à Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969”.



A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Em seguida, foi o projeto encaminhado à Comissão de Administração Pública, que, em análise de mérito, opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Em atendimento a requerimento aprovado pelo Plenário em 3/4/2013, foi a proposição distribuída também à Comissão de Segurança Pública.

Vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto aos aspectos financeiro e orçamentário, em conformidade com o art. 188, combinado com o art. 102, inciso VII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame visa a acrescentar disposição à Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, para atribuir aos Comandantes-Gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar o dever de regulamentar a jornada de trabalho dos militares do Estado, com definição da carga horária mínima e máxima.

Conforme justifica o autor da proposição, a medida objetiva a proteção dos direitos dos militares, que estariam sendo submetidos a sobrecarga de trabalho em função da margem de discricionariedade dos comandantes de companhias, destacamentos e batalhões na definição da jornada de trabalho dos seus subordinados, entre outros motivos.

A Comissão de Constituição e Justiça não detectou óbices de natureza jurídico-constitucional que impeçam a tramitação do projeto. Considerou que "o projeto encontra respaldo nas Constituições da República e do Estado, uma vez que o legislador estadual detém ampla margem de autonomia para disciplinar o regime jurídico da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militares". Observou, porém, que "não seria adequado, da perspectiva da técnica legislativa, introduzir a disposição sob exame no corpo da Lei nº 5.301, de 1969, pois, obviamente, o prazo a que alude o dispositivo começará a fluir da data da edição da lei que resultar da proposição em apreço". Por esse motivo, a Comissão apresentou o Substitutivo nº 1, de modo a tornar a proposição um projeto de lei autônoma, sem prejuízo para o sentido da norma proposta.

Em sua análise, a Comissão de Administração Pública considerou ser necessário o estabelecimento de "uma disciplina pública e uniforme para a jornada de trabalho dos militares do Estado, com a devida atenção para as peculiaridades de suas atividades". Portanto, opinou pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

A Comissão de Segurança Pública afirmou que "a jornada de trabalho do militar estadual deve ser fixada normativamente, como propõe o projeto de lei complementar examinado, de maneira a possibilitar o atendimento a determinados critérios inter-relacionados, quais sejam a proteção à saúde e a segurança no trabalho, a compatibilidade entre trabalho e vida pessoal e familiar, bem como a eficiência do serviço", e opinou pela aprovação do projeto de lei na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

No que concerne à competência desta Comissão para proceder à análise da repercussão orçamentária e financeira do projeto, destacamos que a proposição não implica aumento de despesas com pessoal para o erário, pois apenas prevê a regulamentação da matéria. Ressaltamos que a norma que dispuser sobre a regulamentação da jornada deve vir acompanhada do impacto financeiro e orçamentário, caso seja necessário ampliar o efetivo das instituições militares.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 33/2012 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2013.

Jayro Lessa, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Cabo Júlio - Leonardo Moreira - Rômulo Viegas.



COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 11/4/2013, as seguintes comunicações:

Do Deputado Bonifácio Mourão, notificando o falecimento do Sr. Elísio Batista Leite, ocorrido em 30/3/2013, em Divinópolis. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Duarte Bechir, notificando o falecimento do Sr. José Amado Nunes, ocorrido em 31/3/2013, em Campo Belo. (- Ciente. Oficie-se.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com o "Estado de Minas", órgão dos Diários Associados, pela publicação da revista "Expedição cultural: Uma surpreendente viagem pelos bastidores de grupos das artes cênicas do Brasil" (Requerimento nº 4.329/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel);



de aplauso a Dom Walmor Oliveira de Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, pelos inúmeros trabalhos sociais que a arquidiocese desenvolve em Belo Horizonte e na Região Metropolitana (Requerimento nº 4.336/2013, do Deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a Sra. Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano por sua posse no cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para o biênio 2013-2014 (Requerimento nº 4.366/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o Sr. Eduardo Cavaliere Pinheiro por sua posse como Presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Requerimento nº 4.392/2013, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Luís Carlos Balbino Gambogi por sua posse como Desembargador do TJMG (Requerimento nº 4.393/2013, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Cardeal Jorge Mario Bergoglio, natural de Buenos Aires, Argentina, por sua eleição para Papa da Igreja Católica, passando a chamar-se Papa Francisco (Requerimento nº 4.394/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Antônio Andrade, Deputado Federal, por sua posse como Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Requerimento nº 4.406/2013, do Deputado Almir Paraca);

de congratulações com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais pela instalação da Comissão da Verdade dos Jornalistas Mineiros (Requerimento nº 4.424/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Sr. Marcelo de França e Azevedo Braga por ter sido vice-campeão no Campeonato Sul-Americano de Squash, disputado em fevereiro deste ano em Medellín, na Colômbia (Requerimento nº 4.425/2013, do Deputado Célio Moreira);

de congratulações com os Srs. Cláudio Gontijo e Fabrício Augusto de Oliveira pelo lançamento do livro "A Crise da União Europeia" (Requerimento nº 4.427/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a nova diretoria do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Requerimento nº 4.428/2013, do Deputado Ivair Nogueira);

de aplauso ao Hospital Ascomcer pelo transcurso de seu 50º aniversário (Requerimento nº 4.431/2013, da Deputada Liza Prado);

de congratulações com a Defensoria Pública e com a Associação Viva a Vida pelo projeto Leitura no Beco, que incentiva a leitura e promove os direitos e a cidadania das crianças da comunidade do Aglomerado da Serra (Requerimento nº 4.438/2013, do Deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o Centro Acadêmico de Ciências do Estado da UFMG por sua declaração sobre os trotes realizados no dia 15/3/2013, na Faculdade de Direito (Requerimento nº 4.439/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de aplauso aos policiais militares lotados no 16º BPM que participaram da operação que culminou na prisão de 13 flanelinhas próximo ao Estádio Independência, em Belo Horizonte (Requerimento nº 4.477/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados no 34º BPM que participaram da operação que culminou na prisão de 42 flanelinhas próximo ao Estádio Mineirão, em Belo Horizonte (Requerimento nº 4.478/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso à Sra. Valdineia Lúcia de Miranda, esposa do Cb. PM Robson Nazareno Souza Onofre, por ter resistido a abuso de autoridade e tentativa de violação de domicílio que teria sido praticada por ordem do superior hierárquico de seu marido (Requerimento nº 4.491/2013, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso aos policiais militares lotados na 255ª Cia. do 54º BPM que participaram da operação que culminou na apreensão de 670kg de maconha, encontrados na carroceria de um veículo, no Município de Ituiutaba (Requerimento nº 4.501/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados na 23ª Cia. PM Independente que participaram da operação que culminou na prisão de um homem que cometia os crimes de exercício ilegal da medicina e falsidade ideológica, em Carbonita (Requerimento nº 4.502/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados na 2ª Cia. Rotam e na Cia. Independente de Polícia de Cães que participaram da operação que culminou na prisão de dois homens e na apreensão de 616 pinos de cocaína, meio quilo de "crack", 43 buchas de maconha, duas balanças de precisão e material para embalar drogas, além de armas e dinheiro, no Bairro Fazendinha, em Belo Horizonte (Requerimento nº 4.503/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados no 22º BPM e no Batalhão de Eventos que participaram da operação que culminou na identificação e prisão do suspeito de ter promovido o tiroteio que resultou na morte de um homem e deixou 15 pessoas feridas durante um baile "funk", no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte (Requerimento nº 4.506/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso à Sgt. PM Junia Dias Murta, atualmente aposentada, pela participação em operação que originou a primeira prisão em flagrante realizada por policial feminina em Minas Gerais (Requerimento nº 4.507/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais civis lotados na 6ª Delegacia de Polícia Civil que participaram da operação que culminou na identificação de uma refinaria de drogas que abastecia diversas regiões do Município de Juiz de Fora (Requerimento nº 4.508/2013, da Comissão de Segurança Pública).

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 9/4/2013**

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, inicialmente quero pedir a todos os santos e ao nosso bom Deus que nos protejam, de modo especial ao Deputado José Henrique - que ele tenha plena saúde, para podermos continuar nosso trabalho nesta Assembleia, espaço de serviço para o povo de Minas Gerais.

Aproveitando o último assunto abordado aqui, mídia e comunicação, e considerando que nesta semana celebramos a imprensa, quero começar manifestando minha inquietude e preocupação com o sistema de comunicação brasileiro, ainda cheio de vícios, problemas, entraves e obstáculos que nos impedem de ter um sistema que cumpra os fundamentos da democracia, da liberdade de imprensa e da possibilidade e necessidade de que a imprensa brasileira e o nosso sistema nacional de comunicação sejam de fato o espaço de garantia de todas as informações necessárias ao pleno desenvolvimento de cada cidadão deste país.

Em relação ao nosso sistema de comunicação, preocupa-me que a nossa imprensa, que deveria ser livre para bem informar a nossa comunidade, muitas vezes seja submetida a situações de ameaças e constrangimentos, que definitivamente não podemos admitir. É necessário que todo o poder público - Ministério Público, Polícia Civil e o Estado, de modo especial - se comprometa a apurar os crimes que se cometem contra nossos jornalistas. Aqui, quero lembrar o jornalista recentemente assassinado em Ipatinga em um crime por cujo esclarecimento clama o povo mineiro e brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Assembleia Legislativa tem realizado diversas expedições, encontros nos mais diferentes rincões das diferentes regiões do Estado, prestando contas do que tem feito ultimamente. É sobre duas questões fundamentais que quero fazer minha reflexão. Em primeiro lugar, sobre a dívida pública, temos uma comissão que, em virtude da eleição de parlamentares para outros cargos e da eleição da Mesa desta Casa, está com número insuficiente de Deputados. Essa comissão, de análise e renegociação da dívida, precisa ser reconstruída para a conclusão dos trabalhos. A Assembleia de Minas, que considera a dívida pública como assunto importante para ser discutido e analisado e levou a questão praticamente a todas as outras Assembleias estaduais, não pode ficar sem concluir seus trabalhos.

Não podemos perder a oportunidade, em vista das pesquisas que fizemos, de não darmos por terminada a análise sobre as dívidas do Estado. Essa comissão tratou de duas questões fundamentais em relação às dívidas do Estado. Duas dívidas, uma delas é a do Estado com a União, uma dívida malfeita e mal convencionada no final da década de 90, a qual está sobrecarregando por demais o Estado de Minas Gerais, tornando-se insuportável para o Estado em função da sua grandeza e fundamentalmente das taxas que se cobram e se fazem prevalecer sobre os seus valores. A dívida, que era da ordem aproximadamente de R\$15.000.000.000,00, em 1998, cujo pagamento já supera R\$20.000.000.000,00, permanece em valores superiores a R\$60.000.000.000,00. Temos de rever essa dívida, é necessário revê-la. Tenho proposto que, para que uma dívida dessa natureza seja paga, e paga com dinheiro público, do povo brasileiro, do povo mineiro, é preciso que ela seja auditada, investigada e plenamente reconhecida, a fim de que o povo de Minas Gerais não pague por aqueles recursos que não utilizou, que o Estado não destinou efetivamente para atender aos interesses públicos mais relevantes em relação à saúde, educação, segurança, infraestrutura, enfim, ao desenvolvimento do Estado. Existem pelo menos suspeitas muito sérias de que parte desses valores nunca foi utilizada para atender aos interesses da população de Minas.

Outra variável dessa dívida é a dívida que o Estado tinha ou tem com a Cemig, próxima a R\$6.000.000.000,00. Também no final da década de 90, essa dívida não chegava a R\$1.000.000.000,00, mas hoje estaria em torno de R\$6.000.000.000,00, com informações que não estão claras para nós. Nenhuma informação foi encaminhada à Assembleia Legislativa de Minas Gerais do ponto de vista da negociação ou da renegociação do pagamento da dívida que o Estado tem com a Cemig. Para nós, essa dívida, do jeito que foi feita e conveniada, é absolutamente inaceitável. É uma dívida indecente, perversa, que sacrifica o povo de Minas Gerais, e não podemos aceitar simplesmente que ela seja paga sem uma efetiva e transparente prestação de contas para a Assembleia de Minas e para o povo de Minas Gerais.

Então quero deixar registrado aqui que a nossa comissão precisa ser refeita, e espero que o nosso Presidente possa reconstituir a comissão, porque existem impedimentos regimentais que nos impedem de participar da Comissão Especial da Dívida Pública. Portanto é preciso que outros nomes sejam indicados para que, por meio dessa comissão ou, se não por meio dela, por meio da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, possamos analisar definitivamente quanto o Estado de Minas Gerais deve, quanto pagou ou deve pagar à Cemig, qual é a natureza dessa negociação, a fim de que, em nome do princípio da transparência e das boas práticas da administração pública, essa questão seja definitivamente resolvida.

Finalmente quero tratar também de uma questão que considero muito relevante. É uma ação muito positiva que a Assembleia Legislativa abraçou, que todos nós, parlamentares, abraçamos e que se estendeu às Câmaras de Vereadores, às Prefeituras, às diferentes entidades representativas do povo de Minas Gerais, a outros Estados brasileiros.

Uma ação que, quando chegar ao Congresso Nacional no seu inteiro teor, não tenho dúvida alguma os parlamentares acolherão, pois é uma solicitação do povo mineiro e brasileiro. Essa ação é um abaixo-assinado solicitando ao Congresso Nacional um projeto de lei que estabeleça que o governo federal, ou seja, a União aplique, no mínimo, 10% das suas receitas brutas para atender ao SUS, enfim, a saúde. Queremos que esses recursos sejam destinados exatamente para atender ao SUS.

Sei que, neste momento, há forças poderosas e importantes, que eventualmente são nossas aliadas, reivindicando e ajudando a engrossar esse abaixo-assinado, a fim de garantir mais recursos para a saúde, para atender às necessidades do povo brasileiro. No entanto, sabemos também que há instituições - aliás, estamos acompanhando-as de perto e sabemos o jogo de interesses que há no



sistema de saúde - que mais querem que esse dinheiro chegue ao Ministério da Saúde e ao sistema de saúde, para atender aos seus interesses financeiros, econômicos e capitalistas.

Nesse sentido, temos de ter muito cuidado, muita vigilância e muita ação para que os recursos públicos que serão acrescidos ao orçamento da saúde - da ordem de R\$40.000.000.000,00 ou R\$45.000.000.000,00 -, em função do eventual projeto de lei - que trata de mais recursos e dos 10% dos recursos orçamentários da União para a saúde -, sejam aplicados de maneira efetiva, definitiva e absolutamente transparente no SUS, a fim de cumprir efetivamente o ideário - sendo ele SUS, conduzido pelo poder de Estado, da União, dos Estados e dos Municípios - de atender à população em todas as suas necessidades, durante todo o tempo, fundado no princípio da universalidade, integralidade e gratuidade. O intuito é que qualquer brasileiro ou brasileira, em qualquer lugar deste país, receba atenção à saúde de acordo com suas necessidades, com o que é fundamental para o seu bem-estar e o seu pleno desenvolvimento. Estamos trabalhando essa questão.

Quero apresentar-me aqui também como componente e participante do setorial nacional do PT, em que, Deputado Paulo Guedes, todos levantamos essa questão de que é preciso que o governo federal destine mais recursos ao setor de saúde e que estes cheguem aonde é necessário. Tenho absoluta convicção de que, com eles aplicados corretamente, teremos um país com maior qualidade de vida e mais segurança na saúde pública, banindo as epidemias e o sofrimento do povo.

Hoje, no Brasil, estamos vivendo, de maneira muito intensa no Estado de Minas Gerais - aliás, lamentavelmente a minha cidade de Uberaba está em primeiro lugar -, uma situação de epidemia de dengue, que só existe por falta de boa gestão, orientação e formação adequada. Além disso, em todos os sentidos, ocorre também por falta de recursos públicos necessários para a formação, a qualificação profissional e a melhoria das condições de vida da população. Não tenho dúvida alguma de que, com uma pessoa bem informada - aliás, qualquer uma, sejam as nossas crianças que estão nas escolas, sejam os idosos -, ou melhor, todas as pessoas bem informadas sobre o combate à dengue, poderemos evitar definitivamente essa doença.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Deputado Adelmo Carneiro Leão, quero primeiramente parabenizá-lo por trazer um tema tão importante, ou seja, uma discussão que faz parte hoje da agenda em todo o País. A questão da saúde tem nos preocupado bastante. A tendência é que levantemos essa discussão cada vez mais. Esperamos que a nossa Presidenta Dilma tome a atitude de ajudar-nos a resolver esse problema, conforme já tem feito em tantos outros setores.

Quero também, Deputado Adelmo, cobrar uma atitude do Estado, que está ausente, não tem se preocupado em aplicar recursos na saúde, não apenas agora, mas desde 2003. Sexta-feira, ganhamos uma ação, da qual Aécio Neves apelou. Trata-se de um processo que protocolamos sobre os recursos não aplicados na saúde pelo governo de Minas - mais R\$4.000.000.000,00. A decisão saiu na sexta-feira, ele perdeu o recurso. Está comprovado que Minas Gerais está deixando de investir os recursos regulamentários na saúde. Precisamos fazer com que o governo do Estado tenha um tratamento diferenciado para que os recursos cheguem, de fato, na base. Os hospitais estão pedindo socorro. As coisas não funcionam nos pequenos Municípios, nos Municípios mais pobres. Está na hora de fazer uma cobrança.

Então, gostaria de parabenizá-lo por tratar desse assunto e deixar essa reflexão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Quero concluir com esta reflexão. Considero que todas as nossas lutas, de todos, em que reivindicamos mais recursos para a saúde, a partir do governo federal, são legítimas. Mas o Estado, os agentes do Estado de Minas Gerais, que tanto têm cobrado do governo federal para que coloque mais recursos, que todos nós queremos, também precisam dar bons exemplos.

Estou visitando os hospitais públicos da rede Fhemig, e eles precisam de mais recursos. No ano passado, em virtude do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, o que não ocorreu até 2011, o Estado deve ter injetado quase R\$1.000.000.000,00 a mais no sistema de saúde. Mas os servidores públicos do Estado ainda continuam carentes, ainda faltam equipamentos modernos nos hospitais do Estado, ainda faltam condições adequadas para que o Estado de Minas Gerais, além de fazer a ação de cobrança do governo federal, possa dar bons exemplos cuidando do que é seu, do seu sistema de saúde, implementado pela Fhemig e Hemominas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores que acompanham a TV Assembleia, boa tarde. Mais uma vez, a Câmara dos Deputados tentará, nesta semana, votar a proposta de alterações do nosso sistema político eleitoral. Aliás, nem chamaria de reforma política na acepção mais ampla do termo, porque as divergências são tantas, e a dificuldade de se construir um consenso é muito grande. No relatório do Deputado Henrique Fontana, nosso companheiro do PT, da comissão especial, é apresentado o que é possível, o que pelo menos pode ser uma base mínima para o início dessa importante votação.

Muitas vezes, o cidadão mais distanciado da vida política não se atém à importância do debate que o Congresso vai realizar nesta semana. Muitos dos problemas que vivenciamos hoje são relacionados com o desvio de verba, com casos de denúncia em órgãos públicos, com irregularidades em financiamentos de campanha, com a pulverização partidária e ideológica. Agora estamos vendo, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, um sinal do que essa dispersão pode trazer. Esses problemas estão relacionados a algumas deformações do nosso sistema político eleitoral.

Diria até que, comparativamente, se levarmos em conta a nossa recente experiência democrática pós-ditadura militar, o Brasil vai bem do ponto de vista do seu processo eleitoral, da Justiça Eleitoral, da vida regular partidária, das eleições, da alternância democrática de poder, têm que valorizar essas conquistas, principalmente aqueles que vivenciaram, ao longo de décadas da nossa história, momentos de fechamentos, de arbítrio, de ditadura e de impeditivos democráticos. Temos que valorizar a nossa democracia.

O fato é que essa mesma democracia, esse mesmo sistema precisa ser aperfeiçoado. Não há democracia sem partidos políticos fortes, ideológicos, enraizados na vida social, com nitidez programática suficiente para que o eleitor faça escolhas racionais, para que as deliberações sejam orientadas por um rumo político de projeto de vida, de projeto de governo. Infelizmente, hoje no Brasil, há essa pulverização, uma liberalização na formação de partidos, e o nosso modelo eleitoral personaliza o voto. Essa é uma outra característica do nosso modelo, um modelo centrado na pessoa do candidato e não no projeto que tal candidato representa. Isso,



associado ao modelo em que o financiamento privado de campanha é a regra, faz com que hoje os resultados eleitorais atendam muito mais à soma de poder econômico mais personalidade do candidato, figura do candidato, muitas vezes figura construída pelo “marketing”, muitas vezes figura construída com auxílio do próprio poder econômico. Essa é uma deformação que precisa ser enfrentada sob pena de a “financeirização” das campanhas deturpar a representação democrática.

Esse assunto é muito polêmico, e o tempo de tribuna não me permite aprofundar nos argumentos. Existem defesas apaixonadas do voto em lista fechada, do voto - como é hoje - em lista aberta, do voto distrital e do distrital misto. A proposta apresentada pelo relator Henrique Fontana é uma proposta intermediária, que, neste momento, eu defenderia, o voto em lista flexível: o partido ordena a lista, as pessoas votam na lista do partido, mas com a liberdade de, naquela lista, votarem no candidato. O resultado eleitoral seria a combinação do voto dado ao partido e reordenado através da preferência do eleitor, com financiamento público de campanha. Essa também é outra questão: ninguém suporta mais o sistema de financiamento privado de campanha. A população, muitas vezes desinformada, tem uma aversão à proposta de financiamento público. A população pensa que os recursos para financiar as eleições e os partidos vão sair dos impostos. As pessoas não sabem e não têm a informação de que, primeiro, os partidos já têm financiamento do Tesouro, do cofre público; segundo, o tempo de televisão gratuito, por exemplo, é financiado pelo poder público. Então, já temos um nível de financiamento público de partidos e de campanhas.

Mas o pior é quando esse financiamento privado vem de maneira irregular, do caixa dois, do desvio de verba, do favorecimento ou da retribuição daquele que recebeu, na época da campanha, uma contribuição regular ou não do sistema privado.

Sinceramente, entendo que, com esse modelo de financiamento privado, caminharemos celeremente para uma representação cada vez maior de segmentos orgânicos de interesses econômicos que não fazem filantropia na época de campanha eleitoral. Eles têm seus interesses orgânicos, alguns mais legítimos. Defendo que a sociedade se organize para ter seus representantes dos trabalhadores, dos pequenos, médios e grandes agricultores, da saúde privada e da educação. Isso é legítimo da sociedade. Cada um defende sua bandeira e seu segmento. Agora, se essa representação em última instância é determinada pela capacidade de financiamento das campanhas, há distorção da democracia, porque aí é a lei do mais forte e de quem tem mais. Então considero muito importante que o Congresso tenha a lucidez de enfrentar a questão do financiamento público de campanha, que avance, que desburocratize, por exemplo, a participação direta do cidadão na apresentação de projetos de lei ou na discussão dos orçamentos públicos. Esta Assembleia já tem o mecanismo de emenda popular ao PPAG, ao Orçamento, sem a exigência mínima de número de assinaturas.

Outra questão polêmica que defendo hoje é a unificação das eleições. Ninguém suporta mais eleição de dois em dois anos. O nosso calendário é irracional. Você sai das eleições estadual e nacional e já entra na preparação de uma municipal. No ano eleitoral, com a nossa legislação, há impedimentos de se fazerem convênios ou se destinarem verbas. Para citar um exemplo, as entidades sociais, Deputado Gilberto Abramo, não podem receber recursos em períodos eleitorais. Então as entidades sociais - e vivemos isso na Assembleia - estão fadadas a não receber recursos em ano de eleição. Ano sim, ano não, elas recebem ou destinam recursos e estabelecem convênios. Sem contar a energia política criativa de todos, que é perdida. É lógico que deve haver uma regra de transição, para que não tenhamos nenhuma regra casuística de prorrogação de mandatos hoje, mas precisamos apontar um cenário.

Acho que isso, aliás, elimina também alguns constrangimentos por que muitos políticos passam, ao ganharem, um mandato e depois, por força do partido, por projetos pessoais legítimos ou por pressão da sociedade, terem de abandonar o mandato no meio para disputar outra eleição. Isso trai a vontade do eleitor. A unificação dos mandatos propiciaria... Foi eleito para Deputado, então será Deputado. Foi eleito para Vereador, então será Vereador. Quer ser Prefeito? Termine o mandato de Deputado e vá ser Prefeito. Hoje não há essa opção pelo calendário. Então, legitimamente, as pessoas, no meio do mandato, disputam as eleições, porque o calendário assim exige. Precisamos mexer nesse sistema. Hoje ele está priorizando quem tem dinheiro. Atualmente quem está disputando eleição com favoritismo é quem tem dinheiro. Hoje o que está prevalecendo é a força do poder econômico. Então temos de fortalecer os partidos, a linha política, o programa, e temos de enfrentar a discussão da coligação proporcional. Quem sabe a proposta de federação partidária, com o tempo pré-determinado... Porque não queremos impedir a vida política dos partidos menores que se estabelecem. Isso seria a ditadura dos grandes partidos. Mas devemos estabelecer, com o mecanismo da Federação, critérios de alianças mais permanentes, pelo menos no tempo de um mandato, que é de quatro anos.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Primeiramente, gostaria de parabenizá-lo. Temos que trazer esse tema para ser discutido aqui. A questão de unificar as eleições é importante, porque ninguém suporta ter de disputar eleições de dois em dois anos. Até quem não está na disputa também disputa de forma indireta, porque temos de entrar na campanha dos Prefeitos e dos Vereadores. E esse sistema é ruim para o País, porque, em ano eleitoral, há uma série de restrições, como não poder fazer convênios. Por isso quero parabenizá-lo, a Assembleia precisa discutir isso.

E o financiamento público de campanha tem de acontecer, os parlamentos não podem mais continuar como estão no Brasil, e está aqui a prova, o Plenário vazio, ninguém discute nada. Precisamos de representantes mais autênticos e comprometidos com a comunidade, e, com o povo financiando a campanha, o partido e o parlamentar terão maior proximidade da comunidade, sendo mais atuantes. Precisamos ter partidos fortes, sem legenda de aluguel. Portanto parabeno V. Exa., pois está coberto de razão, e temos de abrir com clareza essa discussão para que chegue ao Congresso Nacional, para que essa reforma política passe o mais rápido possível e seja aprovada na Câmara. Obrigado.

O Deputado Gilberto Abramo (em aparte)* - Serei breve. Temos de trazer o tema - e as urnas têm dado a resposta ultimamente - do voto facultativo. Nas últimas eleições, as abstenções, os votos nulos e os votos em branco superaram o “desincentivo” da população de outros anos, o que deixou claro a sua insatisfação com a política brasileira. É difícil entender como um país democrático possa ter o voto obrigatório. Se vivemos em uma democracia, nada mais lógico que o voto ser facultativo. É melhor do que a pessoa se abster, ou votar em branco ou dar um voto de protesto, como temos visto ultimamente, ou seja, nem este nem aquele, então vai o que já não faz nada. Então, dentro desse contexto do voto facultativo, seria de suma importância que o Congresso também debatesse e tivesse total atenção. Obrigado.

O Deputado André Quintão* - Obrigado. Sr. Presidente, sei que houve uma troca com os Deputados Fábio Cherem e Rogério Correia, que estavam inscritos, mas estavam em Comissão, e agradeço.

Quero deixar essa mensagem de expectativa. A Assembleia teve uma comissão especial, encaminhou várias propostas ao Congresso Nacional, e esperamos que nesta semana o Congresso possa tomar atitudes que melhorem o nosso sistema político-eleitoral. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Deputados, boa tarde. Sei que o Deputado Fábio Cherem estava inscrito para falar e, se V. Exa. quiser, poderei conceder-lhe aparte para que faça sua comunicação da outra tribuna. Sei que está trazendo um assunto importante e, vendo V. Exa., estou lembrando-me da reunião da Comissão de Segurança Pública dessa manhã e do Delegado de Lavras, o Dr. Aílton.

Na semana passada, ele prendeu o homicida do caso das viagens de ônibus de Poços de Caldas a Belo Horizonte. Houve a morte daquele engenheiro. O Dr. Aílton, da Polícia Civil de Lavras, agiu com muita competência.

Ouvirei V. Exa., que certamente trará informações importantes para a Assembleia.

O Deputado Fábio Cherem (em aparte)* - Deputado João Leite, agradeço a gentileza. Realmente, o que me leva a apartear-lo hoje é um problema que repercute em todas as cidades de Minas. Notoriamente, a retransmissão, a cargo das Prefeituras Municipais, não está regularizada em sua maioria, ou seja, em cerca de 90% dos Municípios. Volta e meia, Sr. Presidente e Deputado João Leite, simplesmente a Anatel decide pinçar algumas cidades e interrompe o sinal. Não estou me referindo ao sinal de TV a cabo, mas ao sinal das TVs abertas, que atendem às populações, aos usuários que não têm recursos para pagar TV a cabo. Dessa maneira, o cidadão, ao chegar do trabalho, quando busca sua única forma de lazer, encontra o canal obstruído.

O que explica essa situação de irregularidade? É má vontade dos Prefeitos? É vontade de retransmitir de forma ilegal? Em absoluto, a maioria das retransmissoras municipais se encontra com projetos definidos, devidamente apresentados ao Ministério das Comunicações, que não são apreciados. Ficam parados porque o Ministério das Comunicações não consegue dar vazão à demanda de regularização. Não estamos falando da regularização do canal digital, mas da regularização do canal analógico, que daqui a três meses será substituído.

Pergunto ao Deputado João Leite se não seria de muito mais utilidade ao País, ao usuário e às Prefeituras, que muitas vezes lutam com dificuldades para regularizar essa situação, pular essa etapa e já cobrar, daqui a três anos, a regularização do canal digital.

Falaremos sobre a regularidade da retransmissão de canais abertos. No dia 2 de abril, as retransmissoras de Lavras foram lacradas, interrompendo a retransmissão de 11 canais, o que me fez pesquisar e verificar a situação de Minas Gerais e de outras localidades. Constatamos que a retransmissão em 90% dos Municípios se configura de forma irregular. Os estudos do Ministério das Comunicações apontam que cerca de 6 mil retransmissoras estão em situação irregular por falta de documentos ou por estarem com seus processos de regularização parados nesse Ministério.

No interior, grande parte das retransmissoras pertence a Municípios que, como eu já disse, para regularizá-las, precisam providenciar extensa documentação e projeto técnico para entrada no Ministério, que, após longo e demorado procedimento, outorga as licenças, isso quando não apresenta ainda exigências de nova documentação. É competência da Anatel apenas a fiscalização das retransmissoras atuantes.

No entanto, a comunicação entre a Anatel e o Ministério das Comunicações está defasada. E o que acontece pelo fato de o sistema estar defasado? Às vezes, as retransmissoras já possuem a documentação, e a licença e a Anatel não tem essa informação, o “site” não está atualizado, o que pode prejudicar até mesmo retransmissoras que estão em situação perfeitamente regular.

Com a decisão da Anatel de lacrar canais de televisão no Estado, várias retransmissoras solicitaram, ao mesmo tempo, ao Ministério das Comunicações providências e análises de documentação. O Ministério simplesmente não consegue atender à demanda para regularização, ou seja, estamos num círculo vicioso.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Nessa linha, quero fazer uma observação.

A Anatel manda para cá a fiscalização, fecha, lacra televisão em vários Municípios de Minas Gerais. Isso deixa milhares de pessoas sem TV e algumas cidades sem nenhum canal de TV aberta. A Anatel chega e lacra a televisão. Ela não informa que está vindo, não avisa que vai chegar, não conversa: lacra e vai embora. Coitada da televisão que não tem com quem conversar. O fiscal chega, lacra a TV e vai embora.

Agora pergunto: isso está acontecendo no Brasil inteiro? Tenho a certeza de que não, Deputado João Leite. Esse fato acontece apenas em Minas Gerais, por que será? Será que é porque Minas Gerais é governada pelo PSDB? Será que é porque Minas Gerais é o Estado de origem do Senador Aécio Neves, que é pré-candidato à Presidência da República? Não tenho notícia de que a Anatel lacrou TVs na Bahia, Estado governado pelo PT; não tenho notícia de que a Anatel lacrou televisões no Rio Grande do Sul, Estado governado pelo PT. Mas, aqui para Minas, vem todo esse terrorismo. Parece que voltamos à época da ditadura. O PT, que tanto lutou contra a ditadura, está usando os mesmos instrumentos usados na ditadura. Lacram-se as televisões, lacram-se jornais.

O jornal “Estadão”, de São Paulo, é proibido de falar do “mensalão”, é proibido de fazer comercial. Esse é o governo do PT. Ele usa os instrumentos da ditadura para tentar calar a Oposição. Com isso não podemos concordar.

Parabéns, Deputado Fábio Cherem, pelas suas palavras. Somos solidários com o que V. Exa. tem trazido a este Plenário. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Muito obrigado, Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Fábio Cherem (em aparte)* - Estamos aqui hoje para reivindicar deste Plenário apoio total às televisões abertas, retransmissoras, que a Anatel e o Ministério das Comunicações ampliem os prazos e apresentem caminhos para solução dessas irregularidades, porque atingem 40% das retransmissoras do País. Essa é uma questão social que transcende a esfera política, porque atinge em cheio a vida de todas as pessoas que utilizam os serviços e que esperam de nós atuação em favor delas.



Até que sejam retomados os leilões de concessão para rádio e televisão, segundo declarações da própria Presidenta Dilma Rousseff, será necessário cautela e harmonização entre todos: os que retransmitem, os que assistem à televisão e, por fim, os que ditam as normas do Ministério das Comunicações e da Anatel.

Considerando ainda a lentidão do procedimento de emissão das licenças de retransmissão, sugiro que se crie a possibilidade de emissão de licença provisória, a ser concedida por meio de processo simplificado. Essa licença teria validade até a análise final dos documentos, de forma que as atuais retransmissoras pudessem funcionar com segurança, sem cometer atos ilícitos ou ilegais e sem temer a qualquer tempo serem lacradas pela Anatel. É inadmissível que tantas retransmissoras e uma parte tão grande da população vivam com a constante possibilidade de terem seus sinais de televisão cortados a qualquer momento. A título de exemplo: em julho do ano passado, o corte na TV aberta já havia afetado 15 mil pessoas depois que a Anatel desligou os aparelhos na cidade de Papagaios, região central do Estado. Na cidade de Maravilhas, 5.500 moradores tiveram a programação da TV cortada abruptamente, sem aviso, sem consideração e sem possibilidade de retorno pela Anatel. Esse fato ocorreu também com 6 mil habitantes em Jeceaba. Em Lavras, este ano, a Prefeitura agiu com rapidez e conseguiu uma liminar, impetrada pelo Prefeito Marcos Cherem, que ordenou a liberação dos lacres dos equipamentos de transmissão de TV aberta na região. Isso afetou 350 mil moradores em 24 Municípios, impedidos instantaneamente do acesso à televisão.

Deputado João Leite, agradeço sua atenção e sensibilidade com essa questão. Que a nossa fala no Plenário sirva de alerta a fim de que busquemos juntos uma solução para impedir que algo que beneficia a população seja tratado de forma ilegal e ilícita, forçando entes federativos municipais a atuarem quase que na ilegalidade. Obrigado, Deputado João Leite. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite* - Parabéns, Deputado Fábio Cherem. Essa ação do PT me fez voltar à minha infância na Vila Oeste. Quando eu era criança, no meu bairro havia praticamente uma casa com TV. E o nosso sonho era assistir à televisão. Nós nos acotovelávamos nas janelas da casa para tentar ver a televisão. Nunca mais vou me esquecer do primeiro filme a que assisti: "Tarzan". O Tarzan dando aquele grito, e o sonho de criança de assistir à televisão. O PT está conseguindo tirar dos pobres brasileiros a possibilidade de assistir à televisão. É algo impressionante. Como o PT faz isso com os pobres brasileiros?

Na verdade, alguém está me lembrando de que são os mineiros. Nos Estados governados por outros partidos isso não ocorre, mas, em Minas Gerais, por ser governado pelo PSDB, os mineiros estão sofrendo. Teremos uma grande oportunidade: parece que segunda-feira o Lula e a Dilma Rousseff vêm aqui, então vamos pedir para os pobres de Minas Gerais assistirem à televisão da Vila Oeste onde nasci.

O Deputado Rômulo Veneroso (em aparte)* - Serei bastante breve. Agradeço a oportunidade do aparte. Quero só registrar a nossa indignação com mais uma ausência de um representante da Refinaria Gabriel Passos - Regap - em uma audiência pública. No ano passado, tivemos esse dissabor na ocasião da retirada do polo acrílico da Regap de Betim e Ibirité, ou seja, de Minas Gerais. Realizamos aqui uma audiência pública e tivemos o dissabor do não comparecimento do representante da Petrobras e da Braskem.

Da mesma forma, os Poderes Legislativos municipais de Betim e Ibirité realizaram uma audiência pública, para a qual fui convidado e na qual estive presente. Não paramos ainda de insistir nessa explicação do não cumprimento do protocolo do polo acrílico em Minas Gerais, assinado em 2005 pelo Governador - na ocasião era o Aécio Neves - e pela Petrobras. Na quinta-feira, a audiência aconteceu às 15 horas, no auditório da Prefeitura de Betim, com a presença de vários Vereadores de Ibirité e Betim, mas, mais uma vez, a Petrobras não se fez presente.

Deixo o nosso repúdio por essa falta de delicadeza e até mesmo de respeito pelo Poder municipal das cidades de Betim e Ibirité, nas quais a Petrobras está instalada.

O Deputado João Leite* - Estou acompanhando a sua luta, Deputado Rômulo Veneroso. Mais uma do PT contra Minas Gerais. Eles tiraram a expansão da Fiat e também o polo acrílico da Petrobras.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado João Leite, ouvi o Deputado Rômulo Veneroso falar da nossa vizinha Betim. Tenho comigo este recorte de um dos principais jornais de Minas Gerais, que traz o seguinte conteúdo: "Uso político da estatal Petrobras afasta investimentos em Minas Gerais. A falta de investimento da Petrobras em Minas reflete o uso político da estatal. Diz o professor de economia da Fumec, Walter Vitorino: 'A estatal vem sendo usada como instrumento de política econômica, porque o governo controla os preços da gasolina para conter a inflação. A tendência é não investir mesmo, porque a empresa não tem capacidade financeira', afirma ele".

Para terminar, Sr. Presidente: "Vitorino completa que a transferência do polo acrílico, que seria construído em Betim, para a Bahia, também foi uma medida política. O polo, que traria investimento de 1,2 bilhões para a cidade de Betim, também daria sobrevida à refinaria, já que parte do dinheiro seria usado na modernização dos equipamentos".

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, quero aqui, nestes cinco minutos a que tenho direito, fazer a defesa do meu partido e deste Parlamento, que está sendo desrespeitado, de forma inaceitável, pelos Líderes governistas desta Casa.

As afirmações dos Deputados Lafayette de Andrada, João Leite e Duarte Bechir empobrecem este Parlamento. Primeiramente, os Deputados Lafayette de Andrada e João Leite afirmaram que o PT está proibindo os pobres, o povo, de assistir à televisão, utilizando a Anatel, que é uma agência independente.

Esqueceram-se de dizer que essas agências foram criadas no governo FHC, com o propósito de serem independentes, justamente para atender aos interesses de uma pequena minoria. Essas agências deveriam atender aos interesses do povo, mas, como são independentes, o governo não tem ingerência sobre elas, que nem sempre decidem a favor do povo. Agora, quanto a dizer que o nosso partido, que mudou este Brasil, que fez um governo realmente voltado para o povo, que distribuiu renda e acabou com a miséria, está proibindo as pessoas de ver televisão, isso chega ao cúmulo do ridículo, Deputado João Leite. Isso é ridículo!

Censura foi o que vocês tentaram fazer comigo agora há pouco, liderados pelo Deputado Duarte Bechir, que, na pressa de atender e fazer média com o governo, tenta calar a voz da Oposição neste Parlamento. Não é dessa forma, Deputado Duarte Bechir, que V. Exa. vai nos calar, porque esta Casa ainda é do povo mineiro. Apesar de o PSDB - notadamente Aécio e Anastasia - querer que esta Casa



seja um instrumento de homologação apenas do pensamento dele, não é assim. Aqui ainda tem gente que resiste. E vamos resistir, Deputado, até quando for preciso. Não vamos nos calar! Fui eleito para isso. Venho de uma região sofrida e esquecida, onde o governo só vai para fazer discurso. Foi o que fez ontem o Governador Anastasia - fez três discursos e quatro reuniões, mas não anunciou absolutamente nada para o Norte de Minas. Nada!

Quero dizer que estou triste com a forma como o PSDB quer conduzir o Estado e, agora, calar este Parlamento. Aqui é a Casa do povo. A única coisa que nos resta é esse direito, é este Parlamento, é esta tribuna, e isso V. Exas. não vão nos tomar, porque o Regimento Interno nos garante, Deputado Rogério Correia.

Quero mandar um recado muito claro para a base governista nesta Casa: se é agindo dessa forma que vocês pensam que vão calar este Parlamento, estão muito enganados, porque vamos endurecer o nosso discurso e a nossa posição nesta Casa. Temos ajudado, temos feito uma oposição construtiva, ajudando a votar e a discutir os problemas do Estado, mas V. Exas. não vão nos "tratorar", não vão passar por cima do nosso sentimento, porque, se estamos aqui, representamos o sentimento do povo. Ninguém está aqui à toa; estamos aqui para representar o povo e, na função de oposição, para fiscalizar, denunciar as coisas erradas e discutir com a sociedade. E vamos fazer isso, queiram ou não os Deputados Duarte Bechir, João Leite e os que estão de plantão para fazer média com o Governador. O que V. Exas. estão fazendo é um desserviço a Minas. Aliás, agindo dessa forma, V. Exa., Deputado Duarte Bechir, presta um desserviço ao governo, porque não ajuda em nada. V. Exa. não está ajudando a construir absolutamente nada agindo dessa forma, querendo parar e calar este Parlamento. Estão querendo blindar a Assembleia, blindar tudo. V. Exas. podem blindar a imprensa e outros segmentos, mas este Plenário, a voz deste Deputado e a voz da Oposição V. Exas. não vão calar nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de pedir a atenção do Deputado Paulo Guedes.

Deputado Paulo Guedes, vou responder especialmente a V. Exa., que nos acusa de estar prestando um desserviço a Minas Gerais. Vou responder a essa acusação que V. Exa. me fez. Veja bem, Deputado, sou do Sul de Minas, nascido em Cristais. Fui Vereador e Prefeito em Campo Belo. Trabalho com aproximadamente 50 Municípios. Represento o governo de Minas, nesta Casa, sou autor de proposta de emenda à Constituição, requerimentos e indicações de trabalhos a serem realizados, ou seja, sou um dos Deputados mais presentes do Parlamento mineiro. Recente pesquisa de opinião pública de um dos principais jornais do Estado disse que este parlamentar é um dos Deputados da base de governo mais assíduos, mais participativos. Portanto, dirijo-me a V. Exa., na qualidade de Líder do PT que V. Exa. é nesta Casa, para dizer-lhe que os ânimos podem se exaltar, mas não podemos ofender as pessoas em detrimento da bandeira que defendemos neste Parlamento. V. Exa., como Líder do PT, tem toda a razão ao subir a esta tribuna para defender os ataques sofridos pela agremiação política de que V. Exa. é filiado. No entanto, ao ter direito de defender o partido, V. Exa. não tem o direito de agredir o companheiro. Sou Vice-Líder do governo nesta Casa, trabalho com muito orgulho para este governo, e, se o fato de trabalhar com muita assiduidade e orgulho para este governo for, para V. Exa., inconveniente, aí temos que conversar novamente. As nossas discussões, os nossos debates, Deputado Paulo Guedes, Líder do PT, têm que ficar no campo das ideias, não podemos agredir as pessoas. Vim para esta Casa com o sufrágio direto de quase 50 mil eleitores, que estão sendo representados por mim. Quero ser respeitado aqui pelos meus colegas, como eu os respeito. Então, quero pedir a V. Exa., que assumiu em 2013 a Liderança do PT, calma, Deputado, calma. Vamos discutir as ideias, as posições de governo.

Relatei nesta Casa, hoje, a matéria de um dos principais jornais sobre aquilo que foi retirado, que seria investimento do polo acrílico em Minas Gerais, em Betim. Está aqui; é matéria de conhecimento de todos nós. Não inventei. O polo acrílico seria instalado em Betim e foi para a Bahia, terra do Jaques Wagner, um dos assessores do PT, um dos Secretários de Estado, que o levou de Minas para lá. Foi o que disse, e isso é verdade. O que eu complementaria nesse encaminhamento, Deputado Paulo Guedes? Diria a V. Exa. que, em dezembro de 2010, no apagar das luzes do governo do ex-Presidente Lula, os investimentos da Fiat que seriam de Minas Gerais foram levados para Pernambuco, por meio de uma medida que o ex-Presidente Lula tomou, uma medida complementar, para a qual o Senador Aécio Neves fez uma emenda, para que os benefícios dados a Pernambuco fossem estendidos a Minas Gerais, à região da Sudene. Mas o governo federal mandou ser derrotado no Congresso. Foi tão somente isso.

Quero dizer a V. Exa. que o Deputado Duarte Bechir, do PSD, Vice-Líder do Governador Anastasia, está aqui presente e, sempre que puder usar o Regimento como todos o usam, vou fazê-lo. Esse é um expediente que me é facultado. Esta Casa é regimentalista. Se eu quiser pedir o encerramento de uma determinada reunião e tiver amparo no Regimento Interno, posso pedir e não posso ser, nem por V. Exa., nem por outros Deputados, atacado por ofensas, como fui hoje. Aqui somos regimentalistas. Se o que este Deputado solicitou estiver de acordo com o Regimento Interno, não posso ser sacrificado por V. Exa., nem por ninguém. Obrigado pela atenção, Deputado Paulo Guedes.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/4/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Hélio Gomes

exonerando, a partir de 15/4/2013, Sueli Maria Falqueto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;



nomeando Raimundo Otávio Vieira para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 4 horas;
nomeando Sueli Maria Falqueto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Romel Anízio

exonerando, a partir de 15/4/2013, Leonardo Sávio da Silva Barreto Miranda do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Leonardo Sávio da Silva Barreto Miranda para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando, a partir de 15/4/2013, Anelmar da Silva do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

exonerando, a partir de 15/4/2013, Juarez Gomes do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando Anelmar da Silva para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Juarez Gomes para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Sandra Teixeira Gomes Drummond para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 12/4/13, que nomeou Antonio Claret Inacio Teixeira para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão VL-36, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício na Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas;

nomeando Naylor Andrade Vilela para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 15/4/2013, Júlia Duarte César do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR;

nomeando Eriberto Marcolino de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, da Resolução nº 5.203, de 19/3/02 e 5.305, de 22/6/07, assinou o seguinte ato:

nomeando Júlia Duarte César para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência.

TERMO DE CREDENCIAMENTO CTO/19/2013

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Alivare Odontologia de Urgência Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição nos termos do art. 25, "caput", da Lei 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10-1.

TERMO DE CREDENCIAMENTO CTO/21/2013

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Dra. Daniele Esper Kallas Clínica Odontológica Ltda. – ME. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição nos termos do art. 25, "caput", da Lei 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10-1.